

COLUNA DO HERÓDOTO

O Supremo sobre pressão



Heródoto Barbeiro (*)

O país vivia em uma profunda crise bancária. Tudo o que não se queria era uma disputa entre o presidente e o supremo tribunal.

Para tentar escapar da crise que afetava todo o sistema econômico e gerava milhões de desempregados, o presidente enviou para o congresso uma proposta que pedia a população que entregasse ao governo federal todo ouro que possuía reservadamente. A polêmica proposta tomou conta do país. Dois anos depois a suprema corte levou a proposta a julgamento. Os juízes se dividiram e o judiciário, mais uma vez, foi acusado de querer legislar, de usurpar o poder do congresso. Afinal era lá que estavam os representantes do povo eleito e não no tribunal.

O debate e as paixões se acirraram e a proposta foi aprovada por cinco votos a quatro. Bastaria um único voto de um juiz para que toda a proposta de recuperação econômica fosse lançada por terra. Segundo o presidente se isso acontecesse a nação seria novamente mergulhada no mais absoluto caos. Com efeito os quatro juízes que votaram contra argumentavam que o direito estabelecido por um contrato privado era uma cláusula sagrada e que não podia ser violado ao sabor do poder executivo. Era um princípio basilar do capitalismo liberal.

Afinal qual deveria ser o papel do Supremo Tribunal? Legislar ou ser o guardião da constituição? Seus membros argumentavam que se um cidadão, ou uma entidade o movimentasse era seu dever julgar o pedido e dar uma resposta clara e decisiva. Se o congresso, através dos seus representantes não satisfaziam os desejos dos cidadãos, estes tinham o direito constitucional de apelar para a suprema corte. Havia sempre o perigo de uma crise com o choque de duas instituições fundamentais para a democracia e o governo do país.

Sempre que isto acontecia os mais cautelosos avisavam que este era um risco que não se deveria correr sob pena de jogar a nação em uma disputa cujo desfecho final era imprevisível.

Os juízes foram acusados pelo presidente de ser um cavalo que puxava para o lado oposto dos cavalos do executivo e legislativo. Os debates ganharam amplos espaços na mídia e boa parte da população não entendia bem porque os poderes da república se digladiavam.

Afinal, a constituição garantia ou não o direito da Suprema Corte de questionar a constitucionalidade da legislação? Isto vinha acontecendo desde a fundação do estado nacional no século XVIII.

É verdade que temas polêmicos como o aborto, prisão imediata depois de condenação em segunda instância ou impedimento dos políticos acusados de corrupção não faziam parte da pauta do colegiado. Ainda assim a corte era acusada de funcionar não como um órgão judicial, mas como uma agência legislativa.

Talvez a saída para isso fosse injetar sangue novo no poder judiciário, uma vez que os juízes mais velhos estavam sobrecarregados e não tinham nem tempo, nem saúde para buscar os limites da justiça, sem interferir em outros poderes da república. Talvez instituir aposentadoria compulsória aos 70 anos, a nomeação de novos juízes pelo presidente seria o caminho para oxigenar o tribunal.

Essa ideia apresentada por Franklin Roosevelt teria bastado para remover os magistrados empossados anteriormente por governos conservadores, os mais ferrenhos críticos do seu programa de governo conhecido como New Deal. Juízes respeitados como Louis Brandeis, embora simpatizasse com as iniciativas do presidente, posicionou-se contra as tentativas de erodir o poder do mais alto tribunal do país sob alegação de sobrecarga de trabalho.

O congresso não aprovou a proposta. Roosevelt abandonou o projeto. Foi derrotado. Nem mesmo a maioria da população apoiava a sua proposta. Desse embate ficou claro a missão de cada um dos três cavalos. O do judiciário manteve a sua autonomia e até mesmo a liberação do aborto foi decidida pela suprema corte. Seria esse um exemplo para outras democracias?

(*) - É editor chefe e âncora do Jornal da Record News em multiplataforma.

Em 2019, satélite Brasil-China vai monitorar desmatamentos

O governo chinês e autoridades do setor aeroespacial brasileiro celebraram, na quarta-feira (29), na Embaixada da China, em Brasília, o 30º Aniversário da cooperação entre os dois países na área de satélites

A parceria, conhecida como Programa Cbers, permitiu a produção de cinco satélites sino-brasileiros de recursos terrestres. O sexto equipamento de sensoriamento remoto, o Cbers-4A, está previsto para ser lançado no ano que vem em Taiyuan, no país asiático.

Coordenado pela Agência Espacial Brasileira (AEB) e pela Administração Nacional Espacial da China, o programa permitiu o desenvolvimento de um sistema completo de sensoriamento remoto (espacial e terrestre) para fornecimento de imagens a ambos os países e a mais de 20 nações da América do Sul, do sul da África e do Sudeste Asiático. O presidente da AEB, José Raimundo Braga Coelho, destacou a iniciativa pioneira de cooperação em alta tecnologia entre dois países emergentes. "Tínhamos a



A parceria, conhecida como Programa Cbers (sigla em inglês para Programa Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), permitiu a produção de cinco satélites sino-brasileiros de recursos terrestres.

necessidade de desenvolver satélites de observação da Terra. E fomos convidados pelos chineses para participar de um esforço coletivo", disse.

O embaixador chinês Li Jinchang ressaltou que os 30 anos da parceria na área espacial é

"modelo exemplar da cooperação Sul-Sul". Segundo ele, "o desenvolvimento conjunto de inovação tecnológica traz benefícios mútuos". Para o embaixador chinês, o Cbers reforça a parceria estratégica global entre China e Brasil.

O sexto satélite está em fase de testes e é desenvolvido em conjunto pelo Inpe e a China Academy of Space Technology (Cast).

Um dos pontos mais importantes do programa Cbers é a distribuição das imagens geradas pelos satélites, cobrindo as áreas ambiental e agrícola, e beneficiando não somente os estudantes universitários, mas toda a comunidade acadêmica, sendo que mais de 20 mil instituições brasileiras já receberam o material. A cooperação entre Brasil e China é apenas uma parte do ambicioso programa espacial que vem sendo executado pela China. Nos próximos 20 anos, a China pretende enviar um homem à lua e uma sonda a Marte. Esta sonda, segundo o plano espacial chinês, deve retornar à Terra com amostra do solo de Marte para pesquisas (ABr).

OEA convoca reunião sobre crise migratória

A Organização dos Estados Americanos (OEA) convocou para o próximo dia 5, em Washington, uma sessão extraordinária de seu conselho permanente para "examinar a crise migratória originada da situação na Venezuela".

O encontro foi pedido pelo secretário-geral da OEA, Luis Almagro, já ofendido em diversas ocasiões pelo presidente Nicolás Maduro, e também reunirá representantes da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

A OIM diz que 1,6 milhão de venezuelanos deixaram o país desde 2015, em função da crise política, econômica e social, e 90% dessas pessoas fugiram para nações da América do Sul, como Colômbia, Peru, Equador e Brasil. A emergência humanitária na região já é comparada pela ONU à crise migratória no Mar Mediterrâneo (ANSA).



Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para TEL: 3043-4171 www.netjen.com.br

Cerca de 4 milhões de crianças refugiadas estão fora da escola



No final de 2017, havia mais de 25,4 milhões de pessoas refugiadas no mundo. Mais da metade formada por crianças, 7,4 milhões deles em idade escolar.

Aproximadamente quatro milhões de crianças refugiadas no mundo não frequentam a escola, o que representa meio milhão a mais de menores de idade sem acesso à educação em apenas um ano, denunciou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em um novo relatório. O estudo "Inversão da tendência: Educação dos Refugiados em Crise" publicado pela organização, revela que, apesar dos esforços dos governos, do ACNUR e organizações parceiras, a matrícula de crianças refugiadas na escola não consegue acompanhar o ritmo do aumento da população refugiada.

No final de 2017, havia mais de 25,4 milhões de pessoas refugiadas no mundo, 19,9 milhões das quais estavam sob a tutela do ACNUR. Mais da metade desta população era formada por crianças, 7,4 milhões deles em idade escolar, indicou o relatório. No entanto, apenas 61% das crianças refugiadas frequentam o ensino fundamental, em comparação com uma taxa de matrícula global de 92%. À medida que as crianças crescem, esta lacuna se aprofunda, já que quase dois terços que vão à escola primária não conseguem se matricular no ensino médio.

Apenas 23% delas vão a um instituto de edu-

cação do ensino médio, em comparação com uma taxa mundial de 84%, explica o relatório. Já no ensino superior, essa lacuna se transforma em um abismo, indica a organização da ONU. A taxa global de matrículas em instituições de ensino superior é de 37%, enquanto apenas 1% dos refugiados tem acesso às mesmas oportunidades de educação, um dado que não mudou nos últimos três anos. "A educação é um meio para ajudar as crianças a curar, mas também é essencial para a reconstrução do seu país", afirmou em comunicado, alto comissário da ONU para os refugiados, o italiano Filippo Grandi.

"A escola é o primeiro lugar em meses e até anos em que meninas e meninos refugiados podem encontrar um pouco de normalidade", manifestou Grandi. "De acordo com as tendências atuais, a menos que se façam investimentos urgentes, outras centenas de milhares de crianças refugiadas se juntarão a essas estatísticas desanimadoras", insistiu. A agência da ONU pede o estabelecimento das alianças mais fortes com o setor privado, organizações humanitárias e de desenvolvimento, e governos, a fim de aumentar as soluções sustentáveis para a educação de refugiados (Agência EFE).

ONU: Nobel da Paz deveria renunciar em Myanmar

O alto comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, afirmou que a conselheira de Estado de Myanmar, Aung San Suu Kyi, vencedora do Nobel da Paz em 1991, deveria "renunciar" por não ter impedido o massacre contra a minoria muçulmana rohingya e ainda ter defendido as Forças Armadas birmanesas.

A declaração foi dada à "BBC", às vésperas da saída de Hussein do comando do Acnudh, que a partir de 1º de setembro será chefiado pela ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet. "Ela [Suu Kyi] estava na posição de fazer alguma coisa. Ela poderia ter ficado quieta ou, ainda melhor, poderia ter renunciado", disse o alto comissário. Segundo Hussein, não havia necessidade de a Nobel da Paz ter-se comportado como "porta-voz" do Exército.

"Ela poderia ter dito: 'estou preparada para ser a líder do país, mas não sob essas condi-

ções. Obrigado, vou renunciar e voltar à prisão domiciliar", sugeriu. Suu Kyi passou cerca de 16 anos em prisão domiciliar durante o regime militar em Myanmar, hoje governado oficialmente pelo civil Win Myint. A Nobel da Paz é a líder "de facto" do país, mas as Forças Armadas continuam exercendo poder e influência na política birmanesa.

De acordo com a ONU, os líderes militares de Myanmar tiveram "intenção genocida" ao perseguir e massacrar a minoria muçulmana rohingya, cujos membros são considerados "imigrantes" no país, que tem maioria budista. Mais de 700 mil rohingyas tiveram de fugir de Myanmar entre agosto e dezembro de 2017. A perseguição ocorreu sobretudo no estado de Rakhine, que faz fronteira com Bangladesh. Suu Kyi rechaçou as conclusões do relatório da ONU e negou a existência de uma limpeza étnica em Myanmar (ANSA).

Dois chineses são condenados durante 'corrida de pombo-correio'

Dois chineses envolvidos no esporte de corridas de pombos-correio - que movimentam grandes somas de dinheiro na China - foram condenados por tentar enganar os outros competidores levando seus pássaros escondidos em um trem de alta velocidade para chegar primeiro na linha de chegada, informa nesta quinta-feira a imprensa local. Os condenados, de sobrenome Gongo e Zhang, foram sentenciados a três anos de prisão, depois de ter escondido os pombos em caixas de leite para subir com eles em um trem e viajar 750 km até Xangai (leste), onde estava a meta, segundo relatou o jornal "Legal Daily".

Os organizadores da corrida, com saída na cidade de Shan-



As pombas deste tipo de corridas podem chegar a velocidades de voo de até 150 km por hora.

gqiu (centro do país), começaram a suspeitar quando os quatro filhotes dos dois treinadores conquistaram os quatro primeiros lugares da competição, e com isso Gongo e Zhang levaram prêmios no valor de um

milhão de iuanes (US\$ 147 mil). Os dois condenados admitiram ter usado a rede ferroviária chinesa para que seus pombos "voassem" mais rápido do que outros, e devolveram o dinheiro ilegalmente obtido. Além disso,

Gongo e Zhang foram acusados de ter quebrado outras regras da competição usando pombos de mais de um ano, frente às jovens de seus rivais.

A corrida foi disputada em abril, e segundo o "Legal Daily" os dois vigaristas demoraram um ano para planejar tudo. Eles domaram os pombos para que ao invés de voar desde Shangqiu até Xangai, fizessem um outro caminho para um local onde eles os esperavam para escondê-los e levá-los de trem. As pombas deste tipo de corridas podem chegar a velocidades de voo de até 150 km por hora, embora não suficiente para alcançar o ritmo dos trem-bala chineses, que podem chegar aos 350 km/h (Agência EFE).